



## TERMO DE LIBERAÇÃO LGPD

### DOS DADOS PESSOAIS E SENSÍVEIS

1. O Usuário autoriza expressamente a coleta dos seus dados pessoais nos exatos termos definidos pela Lei nº 13.709/2018, de maneira amplamente consensual, tais como, nome, data de nascimento e/ou idade, sexo, nacionalidade, estado civil, telefone, endereço, número e cópia dos documentos de identificação profissional, CPF, RG, RNE, CNH, habilitações, geolocalização, endereço eletrônico (e-mail), assinatura eletrônica, senha de acesso e liberação, dados de seu(s) veículo(s), principalmente, mas não se limitando, a CRLV, RNTRC e ANTT, com as seguintes finalidades: a) fornecer dados atrelados a contratos de transporte que podem ser firmados entre Usuário e TORA; b) fiel cumprimento das obrigações de natureza previdenciária, tributária, cível, anticorrupção e demais legislações vigentes, quando necessário; c) criação de acesso de login e senha para execução única e exclusiva das atividades relacionadas ao aplicativo da TORA; d) fins jurídicos e/ou contábeis;
2. Importante afirmar que a **TORA** não faz coleta de dados pessoais sensíveis definidos pelo artigo 5º da LGPD, são eles: origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à vida sexual, dado genético.
3. De acordo com o artigo 7º da Lei n. 13.709/2018, as Partes reconhecem que, não há necessidade de autorização expressa para transmissão de dados para os Órgãos Públicos, consequentemente, resta autorizado pela legislação vigente.
4. O tratamento dos dados pessoais, assim entendido como a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração, ocorrerá enquanto este possuir cadastro com a **TORA**. Sua exclusão poderá ser efetuada mediante requerimento, sendo autorizada sua conservação nas hipóteses descritas no artigo 16 da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD - (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).
5. Em caso de transmissão de dados para terceiros, inclusive em caso de subcontratação, que não ensejem cumprimento de obrigação legal, a TORA se certificará que o terceiro tenha programa de cumprimento integral à Lei Geral de Proteção de Dados, inclusive, mas não se limitando a inclusão de cláusula



contratual determinando as responsabilidades, a confidencialidade e sigilo dos dados pessoais, sob pena de aplicação de multa e/ou resolução contratual.

6. As Partes acordam que, os dados não descritos na Cláusula 2 e fornecidos ao longo do Contrato serão autorizados expressamente através de Termo de Autorização integrando os Termos firmados no presente Contrato, sem necessidade de celebração de aditivo ao Contrato de Trabalho.